



Volume 13

Seção Artigos e67569

23 de setembro de 2019

Educação Superior em Moçambique: entre o estado e a astúcia do capital

Higher Education in Mozambique: between the state and the astuction of capital

Educación Superior en Mozambique: entre el estado y la astúcia del capital

Telma Amorgiana Fulane Tambe-UFRRJ¹

Fernando César Ferreira Gouvêa-UFRRJ²

Aline Silveira Tasmerão-UERJ³

Citação: TAMBE, Telma Amorgiana Fulane; GOUVÊA, Fernando César Ferreira; TASMERÃO, Aline Silveira. Educação Superior em Moçambique: entre o estado e a astúcia do capital. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 13, e67569. Setembro de 2019.



<http://10.5380/jpe.v13i0.67569>

¹ Possui graduação em Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Pedagógica (2010) e mestrado acadêmico em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2017). Faz parte do Laboratório de História de Educação Latino-americano (LHELA) da UFRRJ e do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (LEPES) e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6467-2621> E-mail: tambetelma@gmail.com

² Pós-Doutor em 2016, Doutor em 2008 e Mestre em 2001 na área de História da Educação pela PUC-Rio. No Pós-Doutorado, pesquisa sobre a História da Educação Latino-Americana. Doutorado e Mestrado voltados à História da Educação Brasileira. Atualmente, é Professor Associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDuc) também da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atua na área de História da Educação Brasileira e Latino-Americana, com ênfase na História da Formação Docente e História das Instituições Educacionais. Coordenador do Laboratório de História da Educação Latino-Americana (LHELA). Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3537-7559> E-mail: gouveafcf@uol.com.br

³ Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPed/UERJ) (2017) e graduada em Pedagogia também pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2014). Encontra-se vinculada ao Grupo de Pesquisa "Infância, Juventude, Leitura, Escrita e Educação", (UERJ). Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0741-7346> E-mail: aline.tasmerao@gmail.com

Resumo:

Contextualizado nas políticas educacionais sobre a privatização da educação pública, este artigo de carácter qualitativo discute a privatização e a mercantilização do ensino superior (ES) moçambicano, como parte integrante de um novo acordo global político-ideológico, que valida ou legitima e compele em direção a certas ações - negócio e troca, competição -, anulando e inibindo outras - equidade, justiça social, distribuição igual de propriedade -, valorizando relações de produção privada e suas formas mercantis e "moral utilitária", na prática educacional. Para a produção deste texto, socorremo-nos de dados estatísticos do ES (2018) e da literatura sobre a sua expansão e mercado (Lei 1/93; Neves e Pronko, 2008, Souza, 2015; Marx 1994; BM, 1995; Gonçalves, 2015). Deste modo, entende-se que o modelo de ES moçambicano atual indica que a corrida às instituições públicas e privadas por parte dos estudantes e a conseqüente busca por diplomas - formação para o trabalho - secundarizou a procura pelo conhecimento, motivada pela expansão de acesso, assim como pela busca de cursos voltados para as exigências do mercado, geralmente em regime pós-laboral. Para além disso, o ES moçambicano tornou-se um dos lugares importantes da luta de classes para o consenso, mudando a própria educação, pois os mercados são uma das bases para a formação de grupos que perseguem interesses partilhados.

Palavras-chaves: Ensino superior; Privatização; Mercantilização da educação, Mercadoria.

Abstract

Contextualized in educational policies on the privatization of public education, this qualitative article discusses the privatization and commodification of Mozambican higher education as an integral part of a new global political-ideological agreement that validates or legitimizes and compels to certain actions- business and exchange, competition -, nullifying and inhibiting others- equity, social justice, equal distribution of property, valuing relations of private production and its mercantile forms and "utilitarian morality" in the field and educational practice. For the production of this text, we use statistical data from ES (2018) and literature about its expansion and market (Law 1/93; Neves and Pronko, 2008, Souza, 2015; Marx 1994; BM, 1995; Gonçalves, 2015). Thus, it is understood that the model of the current Mozambican ES indicates that the race to the public and private institutions by the students and the consequent search for diplomas - training for the work - and secondarily the search for knowledge, motivated by the expansion of access, as well as the search for courses directed to the market demands, particularly in a post-employment regime. In Additional, the Mozambican ES has become one of the important places of the class struggle for consensus, changing education itself, since markets are one of the bases for the formation of groups pursuing shared interests.

Keywords: Higher education; Privatization; Mercantilization of Education and Merchandise.

Resumen

En el marco de las políticas educativas sobre la privatización de la educación pública, este artículo de carácter cualitativo discute la privatización y la mercantilización de la enseñanza superior (ES) mozambiqueña, como parte integrante de un nuevo acuerdo global político-ideológico, que valida o legitima y compele en dirección a ciertas acciones-negocio y cambio, competencia - anulando e inhibiendo otras: equidad, justicia social, distribución igual de propiedad -, valorizando relaciones de producción privada y sus formas mercantiles y "moral utilitaria", en el práctica educativa. Para la producción de este texto, utilizamos datos estadísticos de ES (2018) y literatura sobre su expansión y mercado (Ley 1/93; Neves y Pronko, 2008, Souza, 2015; Marx 1994; BM, 1995; Gonçalves, 2015). Por lo tanto, se entiende que el modelo de ES mozambiqueño actual indica que la entrada en las instituciones públicas y privadas por parte de los estudiantes se basa solo en la búsqueda de diplomas - formación para el trabajo - y dejó, en segundo, la demanda del conocimiento, motivado por la expansión de acceso, así como por la búsqueda de cursos orientados a las exigencias del mercado, generalmente en régimen post-laboral. Mas alla de eso, el ES mozambiqueño se ha convertido en uno de los lugares importantes de la lucha de clases para el consenso, cambiando la propia educación, pues los mercados son una de las bases para la formación de grupos que persiguen intereses compartidos.

Palabras claves: Enseñanza superior; la privatización; Mercantilización de la educación y Mercancía.

Introdução

O Ensino Superior (ES) moçambicano completa, em 2019, 57 anos de existência formal e esse marco importante oferece-nos uma oportunidade para pensarmos sobre os caminhos percorridos, suas características⁴, sua natureza e visão⁵ que hoje o ancora para a sua participação plena no desenvolvimento do país. Criado em 1962, dia 21 de Agosto, com a abertura dos Estudos Gerais Universitários de Lourenço Marques⁶ na então capital de Moçambique, pelo Decreto-Lei nº 44.530, entendemos este fato como uma estratégia colonial e não apenas territorial moçambicana. Passados 15 anos e depois de revista a Constituição da República de Moçambique inicia, em 1990, uma filosofia virada para as ideologias típicas de economia de mercado. Como consequência, abre-se a possibilidade de criação de instituições educacionais não mais sob a tutela do Estado. Com a primeira Lei sobre o ES, n.º 1/93, de 24 de junho, permite-se a criação de instituições de ensino superior (IES) privadas e vive-se uma nova realidade de educação no país, com a criação de espaço para que as universidades públicas já existentes cobrem mensalidades aos estudantes dos cursos pós-laboral.

Em dez anos assistiu-se a uma complexidade de ações que visaram assumir o ES como motor para o desenvolvimento: o Governo moçambicano cria o Ministério do Ensino

⁴ Observando os dados estatísticos (DICES – MCTESTP, 2017) referentes ao ES moçambicano, podemos considerar algumas de suas características: *legado geo-histórico e colonial*, consequência de uma implementação tardia da educação terciária nas colônias, para os filhos dos colonos; *baixa taxa de participação*- expansão sem massificação, com cerca de 1.9 % de ingresso, quando a média africana é de 5.5%-; uma *tendência isomórfica*- a maior parte dos cursos ofertados são os de licenciatura em quase todas as universidades. Dos estudantes matriculados nas IES públicas, em 2017, por exemplo, cerca de 90.9% eram dos cursos de licenciatura, 8.9% de mestrado e 0.2% de doutorado. Nas IES privadas cerca de 97% eram estudantes de licenciatura, 2.9% de mestrado e 0.5 de doutorado, para além de uma *distribuição fragmentária* de estudantes entre as IES públicas e privadas. As universidades Eduardo Mondlane e Pedagógica absorvem maior número de estudantes em pouco mais de 60% (superlotação) e o remanescente entre as restantes públicas e as privadas (dispersão fragmentária).

O ES superior moçambicano estrutura-se em três ciclos de formação, nomeadamente: o 1.º, 2.º e 3.º ciclos, os quais correspondem aos graus acadêmicos de Licenciado, Mestre- acadêmico/profissionalizante- e Doutor, respectivamente (Lei 27/2009, art. 22). Têm acesso ao 1º ciclo de formação os indivíduos que tiverem concluído e aprovado a 12ª classe (classe significa série no Brasil) do ensino geral ou equivalente. No caso do 2º ciclo acedem os indivíduos titulares do grau de licenciatura ou equivalente e no 3º ciclo de formação acessam os titulares do grau de mestre acadêmico ou equivalente. Entretanto, podem ter acesso ao 3º ciclo de formação também os titulares de grau de licenciatura, desde que tenham o número de anos de estudos ou unidades de créditos acadêmicos do grau de licenciatura ou equivalente, correspondentes aos do mestrado. Tem, também, a graduação e a pós-graduação de curta duração.

⁵ O Plano Estratégico do Ensino Superior (PEES) 2012-2020 indica como visão do ES, em Moçambique: um Ensino Superior em expansão, com equilíbrio e qualidade, sob uma governação eficiente e respeitadora da autonomia das instituições que, guiando-se pelo princípio da democraticidade, desenvolvam atividades produtoras de conhecimento e que sejam objeto de reconhecimento nacional e internacional.

⁶ Com a chegada da independência, em 1975, passa a chamar-se Universidade Eduardo Mondlane. No momento da independência, Moçambique tinha um governo de cunho marxista-leninista que norteou as políticas do Estado independente, com uma educação gratuita até o ES.

Superior, Ciência e Tecnologia, no ano 2000, que, além de conceber e implementar o primeiro Plano Estratégico do Ensino Superior (PEES) para o período 2000- 2010, propõe a primeira Política de Ciência e Tecnologia para Moçambique. Diante dos desafios que se colocam à nova realidade e para a gestão do ES, surge a necessidade da alteração da Lei nº 1/ 93 e, em sua substituição, cria-se a Lei nº 5/2003, de 21 de janeiro, que em termos de regulamentação visou, entre outros aspectos fundamentais, ao controle da qualidade.

Esta nova realidade e suas consequências remete-nos à ideia de desinvestimento nas políticas do Estado concebido por Santos (2010) como coerente com a perda de prioridade dos setores sociais nas políticas públicas (saúde, educação, e segurança social), legitimado pelo modelo de desenvolvimento econômico neoliberal, imposto internacionalmente, desde os anos 1980. Em resultado disso, todo o financiamento, público ou privado passou a ser visto como investimento, cujo retorno deveria ser garantido pelos governos, conduzindo à crescente necessidade de se garantir a eficiência interna e externa dos sistemas por cada governo. Esse retorno de investimento vem mascarado, muitas vezes, com discursos da necessidade de elevação pessoal e do país, conducentes a melhorias das condições de vida da população.

Assim, este artigo apresenta uma análise das consequências da relação do ES com a ideia de que o mercado e suas forças poderão ser uma estratégia de regulação de conflito de classes, estímulo, qualidade e garantia de eficiência do ES a que Trein e Rodrigues (2011, p.776) chamam de “fetichismo do conhecimento mercadoria” e “produtivismo científico”. Com vistas à construção de nossos argumentos acreditamos que as reformas atuais do ES moçambicano são determinadas pela recomposição burguesa para refortalecer e restabelecer suas bases de acumulação de capital destruídas pela crise estrutural do capitalismo. Tomando como base José dos Santos Souza ⁷ (2015), procuramos resgatar alguns aspectos teóricos de análise que embasam os diferentes discursos acerca da formação para o trabalho, a partir dos anos de 1990, que têm como referência analítica a teoria da práxis material de Marx (1970, 1994, s/d; MARX, 1989).

Para Trein e Rodrigues (2011), a academia debate-se entre duas frentes na produção do conhecimento: o valor socialmente útil e transformador; o valor de troca mercantil resignado à lógica dominante e o conhecimento que acaba sendo convertido em mercadoria, ou seja, a submissão consubstancializada da ciência à produção burguesa.

⁷ “A formação do trabalhador no contexto da reconfiguração do trabalho, da produção e dos mecanismos de mediação do conflito de classe”. *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 10, n. 20.

Côncios, porém, da existência de argumentos críticos à ideia da mercantilização, entendida aqui como o mercado e suas forças, como gerador de eficiência, qualidade e sustentabilidade, a mercantilização como genitura de financiamento, mais do que ser a resposta para a crise do desinvestimento (JONBLOED, 2003; MAMDANI, 2007), resulta na desigualdade de acesso, na ineficiência e baixa qualidade do ES moçambicano.

Ensino superior em Moçambique: desinvestimento do governo recai sobre estudantes

A falta de financiamento no ES público é um problema que afeta muitos países e suas manifestações variam de país para país e consoante a localização, no hemisfério norte ou sul (SANTOS, 2010). Isto quer, conforme a localização dos países, centro, semiperiferia ou periferia do sistema global (WALLERSTEIN, 2004; AMIN, 1992), as consequências da falta do financiamento tomarão várias formas. Nos países do Norte ou ocidentais, a situação do desinvestimento toma uma forma diferenciada. Geralmente, na Europa, exceptuando a Inglaterra, o sistema de ES é maioritariamente público. As instituições públicas encontram subterfúgios e poder de reduzir a incidência do desinvestimento público no ES, mesmo que tenham de recorrer ao mercado para produzir mais receitas.

No caso da periferia e em particular da África, a situação é, à prior, diferente. A crise da falta do financiamento do ES trouxe implicações energéticas e drásticas, como a expansão desregulada, fragmentária e uma massificação ao reverso, ou seja, massificação de egressos nas IES de carácter privado, assim como a diligência de instituições privadas sem condições mínimas ou básicas para o seu funcionamento.

Não obstante, o sistema do ES moçambicano experimenta um crescimento do número de estudantes de pouco menos de 5.000 em apenas três instituições públicas⁸, em 1989, para pouco mais de 82.000 estudantes, em 2011, distribuídos em mais de 38 instituições entre públicas e privadas (CHILUNDO, 2010 e WANGENGE-OUMA, 2011), um crescimento acelerado de estudantes e instituições inadequado e inconsistente.

A inadequação da falta do financiamento do ES em Moçambique ancora-se na sua excessiva e demasiada dependência em relação ao financiamento externo,

⁸ Trata-se das universidades: Eduardo Mondlane, 1962, Pedagógica, 1985 e do Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI).

nomeadamente, doações e créditos. Por exemplo, a Universidade Eduardo Mondlane ⁹ chegou a depender em mais de 50-60% do seu orçamento total de ajudas externas (WANGENGE-OUMA e LANGA, 2010). O paradoxo entre a necessidade de expansão do sistema e a redução e/ou relativa inconsistência de recursos fez com que o sistema, e em alguns casos as instituições, se adaptassem à nova e atual realidade social, política e econômica para sobreviver á austeridade.

O mercado surge, então, como um recurso à capitalização do ES ou como um negócio que está inserido numa lógica empresarial que deve e deverá ser rentável e mais lucrativa e o ensino/a universidade apresenta-se não como um serviço ou bem essencial, que deverá estar ao alcance de todas as pessoas, independentemente da sua capacidade financeira.

É fundamental apontar que esta situação acaba pondo em causa a democratização que tanto se propaga sobre o ES, além de tornar cada vez mais difícil e complexa a manutenção e alcance de um bom aproveitamento do ensino, pois, com os encargos das mensalidades, os custos elevados de alojamento, transporte, alimentação, material escolar, cuidados hospitalares em caso de necessidade, sobretudo para os estudantes que vivem em lugares mais afastados das respectivas universidades, são poucos os que conseguem acessar a universidade e a torna cada vez mais elitista.

Até os anos 1980, muitos stados africanos não tinham recursos para expandir o acesso ao ES. A expansão veio com as independências. Moçambique estava, como outros países, a caminho da falência e da ruína econômica. Foi graças a esta situação que Moçambique se vira às instituições de Bretton Woods: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que passaram a delinear as regras de funcionamento, utilizando-se dos programas de reabilitação econômica e readaptação estrutural.

Discutindo o conceito de mercadoria, Marx refere que:

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a sua natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção (MARX [1980] 1994, p. 81).

⁹ A Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e a Universidade Pedagógica (UP) são as duas grandes e maiores universidades públicas do país, sendo a UP vocacionada à formação de professores e outras áreas afins.

Neste contexto, a mercadoria precisa ter alguma utilidade, isto é, um valor de uso. Cada mercadoria, portanto, é um meio material de um valor de troca, ou seja, o trabalho humano despedindo ou abstrato é germe, a fonte criadora do valor. Souza (2015, p. 274) chama-nos a atenção para o fato de o “ritmo e a direção do desenvolvimento dos sistemas educacionais no mundo contemporâneo serem determinados pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção”. Para isso, conta o nível de ampliação dos mecanismos de controlo social das decisões do Estado, materializando-se diretamente nos aspectos econômico, social e político, aplicação da ciência e da tecnologia nos processos produtivos.

A privatização do ES¹⁰ vem se constituído em uma ação de carácter técnico e político intrinsecamente ligado ao processo de alargamento da maquinaria e de reconfiguração dos mecanismos de mediação do conflito de classe, que se dá por meio de um aparente acesso e oportunidades iguais para todos. Mas o atual estágio de desenvolvimento tecnológico e científico remete-nos a olhar a formação pessoal e profissional como ação educativa que visa “à conformação técnica, política e cultural da força de trabalho, às necessidades da civilização urbano-industrial, presididas pela lógica científica da organização do trabalho e das relações de produção” (SOUZA, 2015, p. 274; NEVES, 1994).

As oportunidades e o acesso ao ES são aparentemente iguais à medida que são poucos os indivíduos que conseguem ultrapassar os limitantes de acesso ao ES, encontrando justificativa nos seus rendimentos, devido à sua origem demasiada humilde. O ES moçambicano não é gratuito. Logo à entrada e mesmo antes, há taxas de inscrição por pagar, taxas a pagar por cada prova a realizar; taxas de matrícula a pagar depois da seleção por meio de exames de admissão- à semelhança do ENEM no Brasil-; e as mensalidades. O exame de admissão ao ES é o mesmo para todos e não diferencia o capital cultural de cada estudante, tomando em consideração a distribuição geográfica, portanto, uma forma de exclusão. É com base nesta lógica que a privatização, camuflada em expansão de acesso e oportunidades iguais, visa (con)formar um imenso contingente da população para encarar com naturalidade o carácter excludente da educação superior e, consequentemente, do mercado de trabalho sem responsabilizar o Estado.

¹⁰ Na maior parte das vezes, quem acede à educação superior privada são trabalhadores que almejam por melhores condições salariais através de um sistema de ES mais qualificado/superior e de forma secundária ascender a um cargo de chefia na empresa onde trabalham, maior formação política para fazer face à nova sociedade vigente. Por outro lado, esses espaços de participação criam novas demandas no seio da classe trabalhadora, em especial de acesso ao emprego, renda, qualificação, saúde, habitação.

Nesse diapasão, observamos que se o ES que se pretende responder como um desafio da construção da nação moçambicana, uma sociedade aberta e democrática com exercício ativo da cidadania não poderá se basear apenas em mecanismos assentes no trabalho e na obrigação, na qualificação e formação ampliada da pessoa humana que se quer valorizar com base no mérito, para melhor desempenho de funções e benefício pessoal e da sociedade, sobretudo porque estes objetivos não são compatíveis com a massificação sem qualidade, "com fins demagógicos e populistas" (MATOS e MOSCA, 2010, p. 297). Consequência futura ou presente é o assentamento da sociedade moçambicana fechada, isto é, uma sociedade formada por um contingente bastante reduzido de pessoas que têm privilégios sobre a maioria, reproduzida e protegida de acordo com os seus critérios e interesses que, por sua vez, inibem a organização de uma sociedade mais democrática, justa assim como o fechamento da expansão de oportunidades iguais, desemprego ou mesmo um emprego desajustado de técnicos com uma suposta qualificação superior.

Ademais, este tipo de ensino serve para alimentar instituições, organizações e economias ineficientes e deficitárias sob o ponto de vista de desenvolvimento humano, pois tais instituições apenas encontrarão sobrevivência usando-se de estratégias ou mecanismos contrários às atuais tendências de integração e internacionalização econômica e política. A expansão desregulada de IES privadas e o consequente pagamento de mensalidade obriga-as a ter uma gestão mais auto fiscalizada e em moldes de mercado ou empresariais, fato que a nosso ver afeta o ambiente interno quando põe em causa, seriamente, a credibilidade e objetivos institucionais, ao sobrepor mais o seu financiamento às famílias.

O PEES 2012-2020, por exemplo, identificou no plano anterior (PEES 2000-2010) um crescimento numérico de IES que coloca grandes desafios à qualidade e ao seu funcionamento: as IES não alimentam uma visão de um ES em expansão e acesso equitativo, com equilíbrio, qualidade, autonomia, não se guiam pelo princípio de democraticidade e desenvolvimento de atividades produtoras de conhecimento e objeto de reconhecimento nacional, regional e internacional (MINED, 2012), como consequência, há baixa qualidade dos graduados (o saber fazer não corresponde às expectativas do mercado de trabalho); percepção de baixa relevância dos cursos ofertados; baixo número de IES com níveis de pós-graduação e desalinhada com a investigação e deficiente.

Muitas pessoas trabalham para conseguir estudar e são inúmeras as famílias que fazem um grande esforço financeiro para cobrir as despesas dos filhos na universidade, para não falar no número crescente de estudantes que nem sequer equaciona continuar os estudos.

As pessoas deparam-se com dificuldades de acesso ao ES em vários setores da população, encontrando justificativa nos seus rendimentos, devido à sua origem demasiada humilde e até devido ao gênero, em especial porque as universidades são palco de desigualdade de gênero e de discriminação. O governo tem de atentar no marco de uma educação para todos e, por isso, ninguém deve ficar de fora.

Do ponto de vista mais estrito, o tipo de formação virado para o mercado atê-se na atualização técnico-política e cultural duradoira da força de trabalho escolarizada, depois da sua inserção efetiva no mundo do trabalho. Seu capital interesse, segundo Souza (2015), é fornecer habilidades para o trabalho na sociedade urbano-industrial, assim como dotar o atual trabalhador de aptidões necessárias para o regime de acumulação vigente, para além de resultar em um trabalhador com muita teoria, sobretudo nos cursos de licenciatura, e sem a devida inserção no mundo o trabalho.

Assim, podemos avançar que os investidores olham o ES não como um serviço público de responsabilidade entre gerações, mas como uma porta ou oportunidade de mercado/negócio.

Mercantilização, ensino superior, mecanismo de intermediação de conflitos de classe

Mercantilização do ES refere-se ao processo em que o desenvolvimento dos fins e dos meios, tanto no âmbito público quanto no privado, sofre uma reorientação sob ponto de vista da lógica e dos princípios do mercado e sob a qual o ES, sistematicamente, perde o estatuto de bem público, passando a assumir a posição de serviço privado e comercial (MAMDANI 2007; BOK, 2003 e WILLIAMS, 1995).

Trein e Rodrigues (2011); Souza (2015) e Neves (1994) mostram-nos, a partir de suas reflexões, como a ciência e a tecnologia são utilizadas pelo espírito empresarial para a ampliação e exploração da classe trabalhadora, aumentando-lhe a produtividade. O lucro ou a mais-valia é o resultado lógico-necessário da incorporação do valor de uso do conhecimento ao seu suposto valor de troca. Em outras palavras, a supremacia da

ideologia da mais-valia - com todas as suas consequências – é uma estratégia através da qual se procura, simultaneamente, acelerar, controlar e baratear a produção de conhecimento-mercadoria, quer na forma de objetos tecnológicos patentes de produtos, ou mesmo de mercadoria-educação, isto é, da força do trabalho qualificado, de acordo com as necessidades do espírito empresarial, sendo que o produtivismo, neste contexto, é “fantasma-fetice que assombra/seduz, com promessas e ameaças, a Academia” (TREINE RODRIGUES, 2011, p. 778).

O percurso da área da educação, em Moçambique, indica que é um dos campos do conhecimento que enfrenta maior expansão e encara pressões variadas frente a outras áreas mais consolidadas e reconhecidas pela comunidade científica moçambicana. Os diferentes e escassos períodos pelos quais passou o setor educacional mostram certa fragilidade da área se tomarmos em conta o tempo de maturação necessário para o aprofundamento de todo e de qualquer conhecimento científico.

Parece lícito observar que a necessidade estrutural do capitalismo de ampliar, mesmo que de forma limitada, as oportunidades de acesso ao conhecimento para uma restrita e pequena parcela da classe trabalhadora explica-se através de um discurso integrador de defesa da universalização da educação e seu acesso, aumento das oportunidades do ES e profissional. Porém, um discurso necessário à manutenção do monopólio do conhecimento.

O capitalismo apresenta-se, neste aparato, em um modo particular de difusão e amplificação capitalista, sendo que as burguesias locais são cúmplices e consocias menores e subalternas dos centros hegemônicos do capitalismo e se caracteriza por um aumento desigual e conjugado que concentra riqueza e paupérie, superexploração da classe trabalhadora e domínio de processos educativos e formativos para o trabalho simples na divisão internacional do trabalho (NEVES e PRONKO, 2008, p. 8).

O processo de mercantilização no ES, em Moçambique, é resultante da instauração da “segunda república”, em 1990, que introduz a democracia multipartidária e a economia do mercado. A aprovação da Constituição da República de Moçambique, de 1990, abandona a ideologia socialista (1977-1987) que se seguiu à adoção da orientação

Marxista-Leninista, pela FRELIMO¹¹, em 1977, como linha ideológica de organização do Estado e da estrutura social da sociedade moçambicana lograda a independência.

Devido às condições econômica, social, histórica e política de 1992, conjugadas ao fim da guerra civil acontecida desde finais da década de 1970 e do sistema socialista já consumado, a vitória do capitalismo fazia-se sentir em toda a sociedade moçambicana. O Governo recorre às organizações não-governamentais para minimizar a crise, no sentido de que tais organizações, de acordo com Dale (2002), têm a capacidade de assegurar o setor socioeconômico, porém vão exercendo influências sobre as políticas educativas, financiando projetos de desenvolvimento humano e apresentando propostas e pacotes aos países em desenvolvimento.

A Lei 1/93 do ES foi o primeiro instrumento oficial a criar condições para o surgimento de provedores privados, destacando-se, assim, a sua multiplicação entre os anos 1994-5. Entre 2000 e 2010 uma nova fase de explosão de provedores públicos e privados de ES. Por um lado, o governo conseguiu um empréstimo do Banco Mundial para implementar o Plano Estratégico para o Ensino Superior (PEES – 2000 a 2010) que tinha como objetivo primordial a expansão do acesso (MOÇAMBIQUE. MESCT, 2000), respondendo, assim, às exigências da visão do Banco Mundial sobre a forma como deveria operar o ES.

Nessa ótica, se o país quisesse expandir o seu ES deveria fazê-lo diferenciando as instituições, incluindo a abertura de espaço para os provedores privados. Deveria criar condições para que as instituições públicas multiplicassem ou diversificassem as suas fontes de financiamento, o pagamento de mensalidades por estudantes, por forma a contribuírem nas despesas da sua formação (WORLD BANK, 1994). Estavam, assim, operacionalizados, incluído para o setor público ¹², os cânones e as prescrições entre mercado e ES.

¹¹ FRELIMO significa Frente de Libertação de Moçambique, fundada em 25/6/1962, enquanto movimento de luta contra a dominação colonial, tendo-se tornado em partido político depois da independência e, desde então, continua no poder.

¹² Um dos modelos sociais que dá suporte ao capital e o faz evoluir, em Moçambique, é o de pagamento de mensalidades naquelas instituições e programas cuja principal atividade é o ensino. As instituições públicas, especialmente a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e a Universidade Pedagógica (UP) mantêm ao longo do dia um regime de ES público, quase gratuito. No período pós-laboral (curso noturno), o ensino torna-se quase privado, dependendo, para o seu funcionamento, do pagamento de mensalidades pelos estudantes. Os cursos pós-laborais passam, então, a ser a “vaca leiteira” das universidades públicas (LANGA, 2012, p.30). Ademais, com a liberalização do ES, cortes no orçamento, etc, os estudantes têm praticamente o mesmo tratamento que aqueles das instituições privadas – são “clientes”. Eles pagam mensalidades ao preço competitivo do mercado. Tanto a UEM como a UP introduziram um conjunto de programas e cursos, assim como replicaram cursos e programas já existentes e são oferecidos no regime pós-laboral, portanto,

Assim, os interesses da visão mercantil e privados se superpõem à colocação do conhecimento como meio primário para “minimizar” e/ou resolver os maiores entraves que Moçambique enfrenta em termos de pessoal humano qualificado. Um dos exemplos inequívocos disso é o crescimento acelerado de IES- atualmente divididas em universidades¹³, institutos superiores politécnicos¹⁴, institutos superiores¹⁵, escolas superiores¹⁶, faculdades¹⁷ e academias¹⁸- que de uma no ano de 1975 passaram a 38, em 2010 e até 2016 contava com 44, sendo 18 públicas e 26 privadas (DICES – MCTESTP, 2017) e passaram a 46, em 2018 - Vide a tabela 1.

Tabela 1: Número de instituições de ensino superior em Moçambique, em 2018.

	Tipo	Número
Públicas	Universidades	4
	Institutos superiores	6
	Institutos politécnicos	4
	Escolas superiores	2
	Academias	2
	Subtotal	18
	Tipo	Número
Privadas	Universidades	9

uma solução encontrada pela universidade pública para resolver a crise financeira pela qual passava desde a introdução da agenda neoliberal no país (GONÇALVES, 2015) assente no conceito de “autonomia das instituições” (BANCO MUNDIAL, 1995), que, ante a crise financeira decorrente da perda de prioridade da universidade nas políticas sociais do Estado, serviu de estratégia legitimadora para a geração de receitas próprias, pois a autonomia do ES público moçambicano era apenas administrativa e não financeira.

¹³ Universidades: instituições que dispõem de capacidade humana e material para o ensino, investigação científica e extensão em vários domínios de conhecimento, proporcionando uma formação teórica e académica, estando autorizadas a conferir graus e diplomas académicos.

¹⁴ IES filiadas ou não a uma universidade, que oferecem estudos gerais ou uma formação profissional e que estão autorizadas a conferir certificados e todos os graus académicos, excepto o de Doutores, reservando-se a atribuição de graus de pós-graduação aos institutos politécnicos filiados;

¹⁵ Instituições especializadas, filiadas ou não a uma universidade, que se dedicam à formação e investigação no domínio das ciências e da tecnologia ou das profissões, bem como à extensão e que estão autorizadas a conferir graus e diplomas académicos.

¹⁶ IES filiadas ou não a uma universidade, a um instituto superior ou a uma academia, que se dedicam ao ensino num determinado ramo de conhecimento e a extensão, e que estão autorizadas a conferir graus e diplomas académicos.

¹⁷ Unidades académicas primárias de uma universidade ou de um instituto superior que se ocupam de ensino, investigação, extensão e aprendizagem num determinado ramo do saber, envolvendo a interação de vários departamentos académicos e a provisão de ensino conducente à obtenção de um grau ou diploma.

¹⁸ IES que se dedicam ao ensino em áreas específicas, nomeadamente, as artes, a literatura, habilidades técnicas, tais como militares e policiais, a formação especializada e o comércio, estando autorizadas a conferir graus e diplomas académicos.

	Escolas superiores	2
	Institutos politécnicos	17
	Subtotal privada	28
	Total de instituições de ES	46

Fonte: DNES – MCTESTP. *Dados estatísticos sobre o ensino superior em Moçambique, 2016* (2017) – [Adaptado].

Sob a ótica do discurso ilusão, a burguesia tem o controlo do acesso ao conhecimento científico e tecnológico aplicado na produção, dando azo a variados modelos de formação ou mesmo de qualificação profissional, que na análise de Souza (2015, p. 286), ocasiona o surgimento da duplicidade “entre formação para o trabalho intelectual- destinado a uma elite da classe trabalhadora - e formação para o trabalho manual - destinado à grande maioria dos trabalhadores”, portanto, uma controvérsia no processo do valor de capital no concernente à educação, também advinda do surgimento de necessidades novas formação para a vida e para o trabalho. Trata-se do acesso limitado ao conhecimento técnico-científico a uma restrita força de trabalho, sendo que a grande maioria do contingente trabalhador é atendida por um tipo de formação fragmentada e de qualidade baixa¹⁹.

Mesmo que em termos práticos e simplistas a ampliação das forças produtivas exija o desenvolvimento quantitativo e qualitativo da escolarização, ou que a classe trabalhadora e organizações sociais lutem por maior escolaridade e formação política que lhes permita ir em direção a um novo tipo de sociedade, a estratégias de sua cooptação pelo modo mercantilista para a restrição dessa possibilidade não lhes conduziria ao sucesso e fortalecimento. Neves e Pronko (2008) apontam que o sucateamento ou o desmantelamento do socialismo real, o desemprego se dão de maneira profunda e violenta pela precarização do trabalho, desqualificando a política, para além de recorrer a uma desmedida e intensa incursão ideológica, mas buscando, desse modo, depredar a diferença de classe mediante a ideia da “colaboração e harmonia social”.

Dito de outro modo, ao mesmo tempo que o modelo capitalista de absunção do valor de troca fica desgastado, corroído, em parte por conta do aparecimento de novas

¹⁹ A formação de baixa qualidade, na ótica de Souza (2015), desempenha um papel de conformação na atual conjuntura excludente do mercado de trabalho, uma espécie de educação para o desemprego, uma vez que prepara um significativo número da força de trabalho que está fora do mercado formal de trabalho, vive no desemprego, subemprego, emprego temporário, etc, para além de encarar com naturalidade a situação e conformar-se com ela.

buscas pelo emprego, formação, instrução, etc, o novo problema obriga à classe dominante a procurar novas estratégias que possam garantir o consenso desejado à inculcação da hegemonia de sua concepção de mundo, sendo, por isso, necessário abafar o conflito de classe por meio do fetiche do conhecimento mercadoria.

Nesse contexto, o Estado assenta em variadas atividades práticas e teóricas com as quais a classe dominante justifica e mantém o poder, assim como para ter a anuência dos dominados por meio da hegemonia.

É no contexto peculiar do desenvolvimento da visão mercantil e do desenvolvimento capitalista que as burguesias locais são sócias menores e subordinadas às burguesias dos centros hegemônicos do capitalismo, combinado a um crescimento desigual e conjugado que concentra riqueza e miséria, superexploração da classe trabalhadora e a dominância de processos educativos e formativos para o trabalho simples na divisão nacional, quiçá internacional do trabalho.

Que desafios para o ensino superior moçambicano? Educação como política social do estado

A proporção mercadológica que o conhecimento científico toma, tanto pelo capital simbólico que origina, ao aumentar prestígio e reconhecimento, quanto pela relação mercantil direta que pode assumir, por exemplo, ao limitar e restringir o acesso das pessoas, por meio da imposição do pagamento das mensalidades, caracteriza a academia como uma produção individual e o seu acesso como propriedade privada. Essas duas dimensões fazem com que o trabalho coletivo necessário à produção do conhecimento seja camuflado e o valor de uso social seja concebido como valor de troca, particularmente numa sociedade de classes como a moçambicana.

Marx, na sua obra *O Capital*, capítulo A maquinaria e a indústria moderna, descreve o papel assumido pela técnica, ciência e tecnologia sob o uso capitalista: "Poder-se-ia escrever toda uma história das invenções, feitas a partir de 1830, com o único propósito de suprir o capital com armas contra as revoltas dos trabalhadores" (MARX, 1994, p. 499). Marx mostra-nos como a tecnologia, a técnica e a ciência são instrumentalizadas pelo modelo capitalista para aumentar a exploração dos subordinados, acrescentando-lhes a produtividade e corroendo as suas possibilidades de se insurgir contra o capital.

Não é obra do acaso que instituições não-governamentais: Banco Mundial e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

recomendam às chamadas "economias emergentes" o financiamento governamental e empresarial às atividades de pesquisa acadêmica, desde que essas tenham como perspectiva a sua mudança em patentes, em que seu número é usado como marcador de hierarquização entre países e centros de pesquisa. É interessante notar que há aqui uma mudança do Banco Mundial em relação às teorias do retorno (social) do investimento público no ES: a redescoberta de que o ES é capaz de marcar no desenvolvimento acelerado dos países da periferia.

O mercantilismo precisa ser encarado, em Moçambique, um desafio que se coloca ao ES como política social, na medida em que o graduando pode não encontrar um ambiente de exigência e rigor que lhe permita optar pela diferença entre o ensino profissional e o médio secundário e, por conseguinte, um reduzido contingente possa realmente estudar. Como resultado, gerar-se um ciclo de ineficácias e ineficiências de todas as partes que "reproduzem mediocridade" (MATOS e MOSCA, 2010, p. 298), reforçando-se, simultaneamente, com a lógica de retorno imediato pretendido pelos investidores e prestadores de serviço público (incluindo as universidades públicas), docentes e estudantes.

A política educacional como política social – fração da política pública- coloca-se às instituições de ensino superior (IES) o papel de criação de um sistema nominal numa efetiva diferenciação funcional, na medida em que quase todas são vocacionadas ao ensino (LANGA, 2014). Pouco mais de 95% dos estudantes das IES, sobretudo as privadas, é composto por estudantes de graduação, não importando se trate de um instituição universitária ou politécnica, o que resulta na secundarização das atividades de pesquisa e investigação, destacando-se que nem sempre se deve a falta de meios materiais para o efeito, mas, sim, a ausência de uma visão estratégica e da importância da diferenciação prática.

Para isso, o Estado deverá priorizar o ES de qualidade, não dominado pela ideologia de mercado, que sob um discurso falacioso tudo resolve e estabiliza automaticamente - a liberalização caótica do ES - e eventualmente pervertido por indivíduos que vêm na política e no mercado plataformas de reforço comum e proveito individual.

Do contrário, o ES continuará sendo um advento do capitalismo, sendo o progresso o motor que amplia a demanda social pela escola num contexto de mercado em que a formação é cada vez mais concebida como um mecanismo de ascensão para a mobilidade

social, um critério de diferenciação social. Portanto, uma questão de poder e não de saber ou de conhecimento. Como observa Langa (2012, p. 34), o prazer de buscar o saber, o conhecimento pelo conhecimento, o desenvolvimento de uma cultura intelectual, ficou conexo da corrida pelos diplomas.

Uma clara evidência disso consiste no considerável crescimento que o ES moçambicano experimentou nos últimos vinte anos, tendo-se diferenciado e se tornando diverso, atualmente composto por instituições universitárias, politécnicas, academias e institutos (tabela 1).

Um outro desafio sugerido por Matos e Mosca (2010) aponta às universidades públicas, privadas ou associadas a vários tipos de organizações (por exemplo congregações religiosas) a prestarem serviços à sociedade, pois funcionam com mecanismos autônomos, não podendo ser geridas em defesa ou reprodução de interesses do governante do dia, ou mesmo serem utilizadas como instrumentos para fins alheios à investigação e ensino, sobretudo se considerarmos que o fundamento do conhecimento do e sobre o ES em Moçambique, desde a sua constituição, assenta mais numa base “experiencial, normativa-regulativa e menos numa base acadêmico - científica” (LANGA, 2014, p. 37) sobre a instituição social do ES.

Ademais, o desafio, hoje, é o de ir em direção ao outro, ou seja, à sociedade como um todo e à classe trabalhadora, em especial. Sem essa ligação dificilmente poderemos voltar a nós mesmos, cheios de sentido qualitativo do nosso fazer que não se pauta no indivíduo em si, mas, sim, na interlocução com as demandas de outrem, rumo a uma sociedade emancipada e mais justa. Em outras palavras, precisamos resgatar o valor de uso social do trabalho na academia e com isso, superar o valor de troca material e simbólico que caracteriza o trabalho intelectual produzido no meio acadêmico.

Consequência negativa disso é a formação de grande parte dos graduados do ES com deficiências de formação (cursos genéricos, docentes mal formados, insuficiência de bibliotecas, laboratórios e recursos tecnológicos).

Necessário se faz que o Estado moçambicano assuma a sua responsabilidade pelo ensino em Moçambique, um ensino sem menos bolsas, sem mais empréstimos, público e gratuito à semelhança de outros países. Não se pode admitir que privados decidam sobre o futuro das universidades moçambicanas. Os estudantes universitários precisam levar em conta estas reivindicações e fazer delas as suas linhas vermelhas, há muito esquecidas, assim como potenciar o movimento estudantil para conquistar os seus direitos de volta.

Considerações finais

Neste esboço tentamos elucidar que o desinvestimento, a privatização e a mercantilização do conhecimento nas instituições de ES em Moçambique, tanto públicas quanto privadas, são cada vez mais intrincadas e ambas fazem parte de um novo acordo de política global virada para interesses de mercado, o que faz da educação um dos locais de luta de classes, de busca de oportunidades e de conformação da classe trabalhadora, sendo que a própria educação muda com isso.

Contudo, a serventia do setor privado é o mais evidenciado e colocado em prática, porém, resulta em desigualdades sociais, particularmente por ser bastante seletivo e individualista, e os valores do profissionalismo são secundarizados em favor dos primeiros. Mesmo a multiplicação de cursos oferecidos em instituições de ES moçambicano: ciências sociais, cursos superiores de tecnologias, o ES à distância, empreendedorismo, entre outros, são espaços de formação, mas outros servem mais para conformar, porquanto, não levam à empregabilidade. Eles criam uma ilusão de que as pessoas precisam se qualificar para o trabalho e/ou para um trabalho melhor e mais bem remunerado, sendo que na prática tal promessa não se concretiza, na maior parte das vezes. A multiplicidade dos tipos de instituições do ES assenta no conjunto dos mecanismos de ampliação do ensino virado para o mercado, através da oferta de cursos que respondam às demandas emergentes no âmbito da Educação Para Todos, portanto, mecanismos de conformação e regulação de conflito de classes.

As políticas públicas neoliberais, no campo educacional, elucidam que o Estado moçambicano não confronta as diretrizes dos organismos internacionais, mas, sim, as implementa em larga escala, valendo-se de instrumentos de coerção legal e ampla massificação ideológica para um consenso ativo e passivo.

Assim, consideramos que o "mercado educacional" tornou-se em um dos lugares importantes da luta de classes, mudando a própria educação. Ela é repleta de atores interessados e preocupados em si mesmos e em busca de oportunidades, sendo que a formação de pessoal mais qualificado funciona como um mecanismo de conformação da luta de classes.

Referências

- AMIN, S. **Empire of Chaos**. New York: Monthly Review Press, 1992.
- BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estratégias para la educación**. Whashington: Word Bank, 1995.
- BOK, D. **Universities in the marketplace: the commercialization of higher education**. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- CHILUNDO, A.G. Mozambique In. Pillay, P (ed.) **Higher education financing in East and Southern Africa**, African Minds, 2010.
- DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma agenda globalmente estruturada para a educação. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas: vol.25, n.87, p. 423-460. maio/ago, 2004.
- MINISTÉRIO DO ULTRAMAR - GABINETE DO MINISTRO. Decreto-lei nº 44530. 1962, Pp. 1131-2.
- DNES – MCTESTP. **Dados estatísticos sobre o ensino superior em Moçambique, 2016**. Maputo: Ministério da Ciência Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional, 2017.
- FALBO, G. Considerações sobre o mal-estar na civilização. In: Bernardes, Ângela C. (Org.). **10 x Freud**. Rio de Janeiro: Azougue; Niterói: Lapsó, 2005.
- GONÇALVES, A.C.P. **A Educação Politécnica e a Escola do Trabalho em Moçambique: novas e velhas falácias pedagógicas?** Maputo: CEC, 2015.
- JONBLOED, B. Marketisation in higher education, clark’s triangle and the essential ingredients of markets. **Higher Education Quarterly**, v. 52, n. 2, p. 110–135, 2003.
- LANGA, P.V. **Alguns desafios do ensino superior em Moçambique: do conhecimento experiencial à necessidade de produção de conhecimento científico**. 2014. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2014/IESE-Desafios2014_13_EnsSup.pdf. Acesso em: 20 de dezembro de 2018.
- LANGA, P.V. A mercantilização do ensino superior e a relação com o saber: a qualidade em questão. **Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane**, Maputo, Série Ciências da Educação, vol. 1, n 0, p. 21-41, 2012.
- Lei n.º 27/2009, de 29 de setembro: Regula a atividade de ensino superior e aplica-se a todas as instituições de ensino superior.
- MAMDANI, M. **Scholars in the market place: the dilemmas of neo-liberal reform at Makerere University, 1989-2005**. Dakar: CODESRIA, 2007.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Vol. I e II (14. ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1890] 1994.

MATOS, N. e MOSCA, J. **Desafios do ensino superior para Moçambique**. 2010.

Disponível em:

http://www.iese.ac.mz/lib/publicaction/livros/des2010/IESE_Des2010_13.EnsSup.

Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

MESCT-DICES. **Plano estratégico do ensino superior em Moçambique 2000-2010**. Maputo, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano estratégico do Ensino Superior 2012 - 2020**. Moçambique, 2012.

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. **Constituição, Lei eleitoral e Legislação Complementar**. Lisboa: Edições 70, 1994.

NEVES, L.M.W; PRONKO, M.A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV-FIOCRUZ, 2008.

NEVES, LM.W. **Educação e política no Brasil de hoje**. São Paulo: Cortez, 1994.

PREMUGY, C.I. C. **Colectânea de Legislação do Ensino Superior**. Maputo: Ministério da Educação, 2012.

SANTOS, B. de S. The University in the Twenty First Century: Toward a Democratic and Emancipatory University Reform. In: MICHAEL, W. APPLE; STEPHEN, J. BALL e LUIS Armando Gandin (Eds). **The Routledge International Handbook of Sociology of Education**. London: Routledge. 2010.

SOUZA, J.S. A formação do trabalhador no contexto da reconfiguração do trabalho, da produção e dos mecanismos de mediação do conflito de classe". **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, n. 20, julho/dezembro, pp. 273- 290, 2015.

TREIN, E. e RODRIGUES, J. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento mercadoria. **Revista Brasileira da Educação**, Rio de Janeiro, vol.16, n 48, set/dez, pp. 769 - 782, 2011.

WANGENGE-OUMA, G.; LANGA, P. V. Universities and the Mobilization of Claims of Excellence for Competitive Advantage. **Higher Education**: Maputo, v. 59, n. 6, p. 749-764, 2010.

WILLIAMS, G. L. The 'Marketization' of higher education: reforms and potential reforms in higher education finance. In: D. D. Dill; B. Sporn (Ed.). **Emerging patterns of social demand and university reform**: through a glass darkly. Oxford: Pergamon Press, 1995.

WORLD BANK. **Higher Education**: The Lessons of Experience. Washington, 1994.

TAMBE, T. A. F.; GÔUVEA, F. C. F.; TASMERÃO, A. S. Educação Superior em Moçambique:
entre o estado e a astúcia do capital

Recebido em Maio de 2019
Aprovado em Julho de 2019
Publicado em Setembro de 2019



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

Indexação:

BBE – Biblioteca Brasileira de Educação (MEC/INEP)
Clase (Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades)
Diadorim – Diretório de Política de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (IBICT)
Google Scholar
Index Copernicus
Portal de Periódicos (CAPES)
SER – Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná (SER/UFPR)
Sumários de Revistas Brasileiras (FUNPEC-RP)
DRJI - Directory of Research Journals Indexing

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 13, e67569 – Setembro de 2019

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

Elisângela Scaff (UFPR)
Daniela de Oliveira Pires (UFPR)
Ana Lorena Bruel (UFPR)

Conselho Editorial:

Andréa Barbosa Gouveia (UFPR), Fernanda Saforcada (UBA), Gladys Beatriz Barreyro (USP), Gustavo Enrique Fischman, (Arizona State University), Jefferson Mainardes (UEPG), João Ferreira de Oliveira (UFG), Juca Gil (UFRGS), Luiz Souza Júnior (UFPB), Ney Cristina Monteiro de Oliveira (UFPA), Nicolás Bentancur, (Universidad de la República de Uruguay), Robert Verhine (UFBA), Rosana Cruz (UFPI), Rubens Barbosa

TAMBE, T. A. F.; GÔUVEA, F. C. F.; TASMERÃO, A. S. Educação Superior em Moçambique:
entre o estado e a astúcia do capital

Camargo (USP), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca, Chile), TheresaAdrião (UNICAMP), Vera Peroni (UFRGS).

Créditos e Agradecimentos:

Revisão de Língua Portuguesa, Abstract e Resumen: PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA UFPR

Arte e diagramação: TIAGO TAVARES (tiagotav@gmail.com)

Jornal de Políticas Educacionais
Universidade Federal do Paraná
Setor de Educação
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR
Avenida Sete de Setembro, 2645
2º andar, Sala 213
80.230-010 – Curitiba – PR – Brasil
Tel.: 41-3535-6264
jpe@ufpr.br
<http://revistas.ufpr.br/jpe>